

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

4 REFÚGIOS

NÚMERO 4, 2018
3.ª SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

NÃO PODEMOS APOIAR AS VÍTIMAS E SIMULTANEAMENTE ALIMENTAR AS GUERRAS

ENTREVISTA COM TERESA TITO DE MORAIS

teresa.mendes@cpr.pt

Conselho Português para os Refugiados

JOSÉ MANUEL PUREZA

jmp@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Recebido em julho de 2017

Aprovado em agosto de 2017

Biblos. Número 4, 2018 • 3.ª Série

pp. 157-169

Quando se pensa em acolhimento e proteção de refugiados em Portugal pensa-se em Teresa Tito de Morais. Ela própria experimentou, enquanto estudante em fuga do Portugal salazarista, a importância do estatuto de refugiada. E quando Portugal abraçou a democracia e o primado dos direitos humanos, Teresa Tito de Morais lançou-se na aventura de dedicar a sua vida a essa causa, criando uma organização capaz de dar resposta aos imbróglios jurídicos, às exigências de diálogo intercultural, aos problemas de habitação, saúde e educação de quem nos busca como porto seguro depois de uma fuga cruel e imensa.

Num tempo em que a Europa falha na resposta a tantos milhares de requerentes de proteção, neste tempo de chumbo de um Mediterrâneo tornado em macrocemitério mundial e em que o autoconvencimento de uma Europa fechada em si mesma transforma perversamente a súplica de tantos em ameaça para uns quantos, impõe-se conhecer a experiência e a visão de Teresa Tito de Morais. Uma mulher lúcida que nos mostra que o refúgio no nosso sossego que recusa o refúgio a quem foge da guerra, da perseguição ou da miséria é uma ofensa à nossa comum humanidade.

Biblos: Gostava de começar pela sua experiência pessoal de refugiada. A Teresa foi alguém que experimentou na sua vida a condição de quem procura proteção internacional. Mais tarde, esteve na origem do lançamento de uma iniciativa até então inédita em Portugal, num tema que na altura era praticamente ignorado em termos gerais no país, e que foi a criação de uma estrutura, uma organização não-governamental, vocacionada para prestar proteção, acompanhar os processos, acompanhar as vidas das pessoas que procuram proteção no nosso país.

Gostava que começássemos por essa sua experiência pessoal de alguém que sofre e depois a seguir devolve, digamos assim, em termos de empenhamento social, essa experiência em termos de organização das coisas.

Teresa Tito de Morais: Muito bem. Eu experimentei o exílio nos anos 60. Vivíamos num regime ditatorial em que havia uma falta de liberdade total e nós, estudantes, organizávamo-nos nas associações académicas e sentíamos a necessidade premente de lutar para que o nosso país pudesse ter estruturas democráticas e de liberdade. Depois da crise académica de 62-65, eu era

presidente da Associação dos Liceus, fui denunciada na sequência da prisão de vários estudantes, uns que pertenciam ao Partido Comunista Português, outros que eram simpatizantes. Nessa altura, fui também presa, fui detida já num avião, quando partia para a Suíça. A minha ideia era procurar um país onde pudesse continuar os meus estudos e tivesse segurança e liberdade. Estou muito grata à Suíça porque me deu essas condições para que eu tivesse todas essas possibilidades de, de continuar os estudos e, enfim, de continuar a minha vida. Nesse sentido...

Biblos: A Teresa experimentou essa coisa extraordinária que foi o acolhimento.

Teresa Tito de Morais: Eu experimentei dois aspetos que, no âmbito da temática dos refugiados me parecem muito importantes: por um lado a privação da liberdade, a prisão e a obrigação de fugir. E depois o acolhimento. Eu sou oriunda de uma família que sempre foi perseguida pelo regime de Salazar. E, portanto, digamos que essa força foi determinante para nós fazermos as nossas coisas... Na altura o meu pai estava na Argélia e nós fomos para a Suíça porque tínhamos lá mais condições de criar, de estudar e enfim, tínhamos também lá familiares. Esta experiência foi marcante para mim.

Biblos: Marcante também porque veio a influenciar muito a sua dedicação à causa da proteção dos refugiados.

Teresa Tito de Morais: Sim, já depois do 25 de abril, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira achou importante abrir uma delegação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Portugal porque estávamos no período da descolonização e era importante distinguir refugiados dos retornados, era importante ter uma Lei de Asilo. E foi assim que foi aberto o primeiro escritório do ACNUR, em 1977. Na altura não havia nada e era necessário começar precisamente pela parte legislativa porque os potenciais refugiados eram reconhecidos sob um mandato do ACNUR. E então tínhamos que envolver todas as estruturas nacionais para termos um procedimento jurídico que favorecesse essa determinação do estatuto. E foi aí

que tudo começou porque, porque o Guilherme da Cunha [*responsável pelo escritório do ACNUR em Lisboa*] sabia que eu tinha estado na Suíça como refugiada e convidou-me para com ele abrir o escritório do ACNUR em Portugal. E foi aí que tudo começou.

Biblos: E depois o Conselho Português para os Refugiados aparece como?

Teresa Tito de Moraes: Aparece como resultado da decisão do ACNUR de ir gradualmente saindo de Portugal, numa lógica de reestruturação interna e de regionalização dos escritórios. E, à semelhança do que fizeram com muitos outros países, acabaram por estabelecer uma parceria com uma organização não-governamental que fizesse o trabalho operacional que era sobretudo a determinação do estatuto de refugiado para cada requerente. E convidaram-me a mim para começar inicialmente só com a determinação do estatuto e o trabalho jurídico. Aí convidei cerca de 20 personalidades, ligadas aos direitos humanos, aos sindicatos e a outros organismos com trabalho no terreno, sem filiação partidária. Claro que comeci sozinha, com uma jurista, isto em 1991, já lá vão mais de 26 anos, e tivemos sempre necessariamente o cartão-de-visita de representar o ACNUR porque o nosso primeiro protocolo de cooperação foi com o ACNUR. Mas rapidamente percebemos que era insuficiente só trabalhar no âmbito jurídico, era preciso também ter uma atenção especial para a parte social inicialmente através da colaboração com outras instituições que também pudessem dar um apoio. Todo este nosso trabalho foi criando raízes e foi sobretudo sendo reconhecido pelas autoridades portuguesas. Ao princípio é difícil uma organização não-governamental impor-se mas isso foi superado também porque ia preencher uma lacuna já que o ACNUR tinha saído de Portugal.

Biblos: Quando procurou proteção em virtude da perseguição política lhe era movida, e da privação de liberdade que pairava no país, a fuga tinha um caráter profundamente individual. Por isso, o enquadramento jurídico da figura do refugiado era justamente essa fuga meramente individual por perseguição personalizada. Se há alguma coisa que mudou de então para cá é que este fenómeno passou a assumir uma configuração totalmente diferente, com massas, fluxos

permanentes de números muito grandes de pessoas que fogem. Esta mudança no perfil das pessoas que procuram proteção internacional o que é que traz de novas exigências para o trabalho em prol dos refugiados? Quem são estas pessoas (se é que podemos traçar um perfil geral...) que fogem e o que é que, do ponto de vista das respostas, há de novas exigências relativamente ao tempo em que as coisas eram muito mais individualizadas?

Teresa Tito de Moraes: Claro, há uma diferença muitíssimo grande. Os fatores que determinam a mobilidade humana são muito variados, têm muito por base as denegações dos direitos humanos, os conflitos armados e a instabilidade nos países de origem. Mas há um número ainda maior de vítimas de alterações climáticas que são forçadas a abandonar os locais onde vivem por escassez de alimentos ou de água. E esses deslocados, quando saem para fora dos seus países também estão numa condição de vulnerabilidade extrema que requer proteção internacional. Hoje temos 65 milhões e 600 mil refugiados no sentido lato mas que estão subdivididos em categorias que integram os refugiados internos, vítimas de alterações climáticas, os refugiados propriamente ditos, os requerentes de proteção internacional. E há perto de 10 milhões de apátridas que é também um problema gravíssimo a que a comunidade internacional não tem dado resposta.

Biblos: E para si continua a fazer sentido que neste contexto tão heterogéneo haja uma diferenciação clara de estatutos entre refugiados e outros tipos de requerentes de proteção internacional como refugiados ambientais ou migrantes económicos? Como é que encara esta questão?

Teresa Tito de Moraes: Eu penso que faz sentido um enquadramento das causas que determinam a fuga. Esta mobilidade vai-se prolongar por mais 10, 20 anos e a comunidade internacional não consegue ter uma estratégia global que possa compreender o fenómeno, trata-lo e dar-lhe respostas. Portanto, vive ao sabor dos acontecimentos e reage, não é proactiva. Por um lado, há questões já relacionadas com a prevenção dos conflitos, a agenda que é necessária para a paz e para a pacificação das fontes que determinam todas estas convulsões

internas. Mas há outras situações que transcendem o catálogo tradicional de justificações de pedido de refúgio como as alterações climáticas.

Biblos: Mas veja: uma população que vai saindo do seu local de origem porque o nível do mar não para de subir, a salinização dos terrenos vai-se produzindo, a esterilização das culturas vai-se materializando e tudo isso gera fluxos de fuga. Ou comunidades inteiras que fogem de lugares os mais diversos, dilacerados por conflitos armados. São comunidades que fogem, já não é a Teresa Tito Morais que era alvo de uma perseguição pessoal individualizada. Não, uma mulher que hoje foge de um qualquer país subsariano, foge no meio de milhares e milhares de mulheres que fogem desesperadamente da guerra, do conflito, da miséria. Perante isto continua para si a fazer sentido que cada pessoa individualmente considerada seja o único sujeito com legitimidade para requerer o estatuto de refugiado?

Teresa Tito de Morais: Mas a diferença não será tão drástica assim. Veja, no meu caso pessoal, por exemplo, eu estava integrada numa associação de estudantes, num grupo, portanto, não era eu sozinha, havia também todo um conjunto...

Biblos: ... coletivo.

Teresa Tito de Morais: ... coletivo que determinava que nós não queríamos aquilo, que havia uma perseguição coletiva, não era só individual. E isso também dá uma certa força no processo de fuga, não é só uma pessoa.... É certo que depois os pedidos de asilo são, salvo raras exceções que têm que ver com a proteção temporária dada a grupos (por exemplo, durante a guerra do Kosovo), necessariamente individuais. Eu diria que há diferenças mas há também algumas semelhanças com o que determinou o surgimento inicial do estatuto de refugiado. Desde logo, eu quando fujo sozinha e estas comunidades quando fogem em conjunto, as famílias de ambas ficam destroçadas, ficam separadas, mesmo depois de todo o procedimento de acolhimento que é tão pouco organizado que proporciona mesmo estas divisões em que pessoas, membros da família que ficam na Turquia e outros vão para a Grécia, por exemplo. Na verdade, o

que conta para a vida destas pessoas, seja a fuga individual ou coletiva, é todo um conjunto de adversidades que provoca situações de descontrolo.

Biblos: É claro que esta realidade de fluxos gigantescos de pessoas em fuga gera, no lado norte do mundo digamos assim, uma imagem distorcida da realidade porque, olhando os números conhecidos, continuamos a ter uma realidade largamente maioritária sul-sul, ou seja, de pessoas que fogem dos seus países pobres para outros países pobres vizinhos, em virtude de guerra ou calamidades naturais, fome, secas... enquanto o fluxo sul-norte no seu conjunto é, apesar de tudo, claramente minoritário. E, no entanto, quer nos Estados Unidos quer na Europa, a resposta chocante é a construção de muros, seja de muros físicos, seja de muros de segregação, de acantonamento, de centros de detenção, etc, com base na ideia de que eles nos vêm invadir, que nos vão descaraterizar culturalmente, que nos vão roubar os nossos postos de trabalho, que nos vão trazer insegurança e criminalidade. Como é que encara esta situação?

Teresa Tito de Morais: Eu vejo com preocupação a posição não só dos Estados Unidos da América como da própria Europa. Em ambos prevalece a estratégia de externalização do conflito, ou seja, que o conflito não entre pelas nossas portas e que se faça tudo para impedir que chegue, mesmo a troco de acordos, como o acordo da União Europeia com a Turquia, que, no nosso entender, favorecem depois as redes de tráfico e favorecem cada vez mais o desordenamento das chegadas e os dramas que são vividos no Mediterrâneo que se multiplicam. Veja, houve uma diminuição de números de pedido de asilo em 2017, comparativamente com 2015 e 2016. Mas nós sabemos que, como disse e bem, os países mais pobres – por exemplo, o Líbano ou a Jordânia, países limítrofes da Síria – são países em que mais de um terço da sua população acaba por ser refugiados. Ou o Paquistão, que recebe um número enorme de afegãos e vice-versa. Mais de 80% das pessoas que fogem fixam-se nos países limítrofes àqueles que estão em conflitos acesos e graves. A Europa acabar por ter uma divisão também interna dentro...

Biblos: Visível, marcadíssima.

Teresa Tito de Morais: O que tem como consequência uma desorganização total. Questões que poderiam ser resolvidas através de uma partilha de responsabilidades e de uma redistribuição geridas sem grandes perturbações internas e das suas próprias populações acabam por degenerar no renascimento dos movimentos mais xenófobos e populistas que vivem da confusão entre terrorismo e refugiados. Acaba por se propagar um veneno que envenena todas as decisões e a consciencialização sobre estas questões. Ultrapassar estas dificuldades é muito complicado. Nós entendemos que é através do esclarecimento, enfim, da pedagogia, da educação que se deve atuar e, por isso mesmo, o nosso trabalho está muito ligado também às universidades, aos instrumentos facilitadores da educação para os direitos humanos e para a solidariedade com os refugiados. É aí que nós temos que atuar. Depois, através do *lobbying* dos nossos governos, também tentar que o oportunismo político não se sobreponha às necessidades reais e aos princípios fundamentais que devem guiar as democracias contemporâneas.

Biblos: A sociedade portuguesa é uma sociedade onde há um grande consenso, aparente pelo menos, em volta da bondade, do caráter eticamente positivo e até politicamente positivo do acolhimento de refugiados. Houve um pico de dramaticidade mediática da chamada “crise dos refugiados”, que determinou impulsos de ir buscar gente, de oferecer acolhimento de forma imprevista, às vezes impreparada, etc.. Não se corre agora o risco contrário de algum cansaço social, cansaço das nossas sociedades relativamente a essa mensagem do acolhimento? Não corremos o risco de ter sido uma espécie de *soundbyte* emocional que terá alimentado muito as nossas sociedades e depois estas passam de um *soundbyte* para outro *soundbyte* qualquer e portanto o *soundbyte* sobre os refugiados é abandonado e começam a aparecer discursos críticos de que isto não correu bem aqui, de que houve um caso acolá? Em suma, não teme que haja uma espécie de fadiga social relativamente a esta mensagem e, portanto, uma certa desmobilização, uma falta de empenhamento, passada a emoção do primeiro momento?

Teresa Tito de Morais: Eu acho que sim. E acho mais, eu penso que as sociedades reagem por ciclos, são impressionadas por uma imagem que cria uma certa onda

de indignação, há uma reação espontânea mas é por impulso, não é racional e depois é adormecida por outra situação que, enfim, se sobrepõe ou que de certa maneira monopoliza a atenção pública. Portanto, há aqui um impulso que não tem nenhuma base estruturada em termos de formação e de doutrina e que rapidamente desvanece. Agora se me perguntar: são precisas mais imagens destas para acordar de novo as pessoas? Eu penso que não, que isso seria uma aberração total. Nós não queremos é que essas imagens existam mais. Queremos é que quem nos dirige e que a sociedade civil se organize e que consiga não pôr de lado as suas raízes essenciais nos aspetos de solidariedade humana.

Biblos: Mas continuamos a reagir, agora voltando um bocadinho a uma passagem da sua reflexão anterior, continuamos a reagir como se esta realidade fosse absolutamente excepcional, momentânea, episódica. O que há que fazer – dizem os nossos responsáveis políticos – é aconchegar esta realidade, tentar acolhê-la, mas delimitá-la o mais possível, secando as suas dimensões mais deterioradas. A Teresa há pouco referiu-se a outra visão completamente diferente que passa por assumir que esta realidade está para ficar, não é uma explosão momentânea porque houve uma guerra na Líbia ou na Síria, é uma realidade muito mais funda, muito mais estrutural e, portanto, um dos nossos deveres não é apenas ter que suportar o acolhimento mas criar condições para que os fluxos de pessoas se verifiquem nas melhores condições possíveis, pondo o menos em risco possível estas pessoas, não as obrigando, por exemplo, a ter que correr risco de vida no Mediterrâneo, de uma forma tão massiva quanto aquela que se tem verificado, com mortes diárias de largos números de pessoas.

Teresa Tito de Morais: É isso mesmo. As sociedades têm que se habituar a conviver dentro de uma estrutura multicultural, o que quer dizer que nós não podemos ter reações racistas e xenófobas que nos impeçam de ter essa abertura pelo medo de que dentro dessas massas de pessoas possam vir algumas que criem instabilidade e atos terroristas no nosso país. Isso tem que ser tratado de outra forma em que a abertura das sociedades seja vivida como um enriquecimento para elas e não como um fator de medo ou uma questão negativa.

Mas, simultaneamente, há uma obrigação internacional de contribuir para a pacificação dos conflitos. Eu penso que não podemos apoiar as vítimas com responsabilidade e com dignidade, com mecanismos eficazes que permitam essa convivência dentro de sociedades multiculturais e simultaneamente os alimentar as guerras e as divisões...

Biblos: António Guterres dizia há relativamente pouco tempo “não parem os refugiados, parem as guerras”.

Teresa Tito de Moraes: Parem as guerras. Apostar na prevenção dos conflitos, precisamente para evitar a proliferação dos refugiados porque, no fundo, a causa está nas guerras.

Biblos: As obrigações que a Teresa refere relativamente aos conflitos, relativamente ao tratamento humanitário e decente das pessoas que fogem, obrigações de criação de condições para que a sua fuga se processe dentro de condições de segurança, todas essas obrigações, para serem cumpridas, exigem competência. Ou seja, nós podemos ter uma grande generosidade, ter um impulso de alma como aquele que a Teresa teve há alguns anos quando decidiu aceitar o desafio que lhe foi feito para enfim ajudar ao estabelecimento do escritório do ACNUR e à criação do CPR, mas depois não basta impulso de alma e não basta generosidade, são precisas competências. Mas que competências? Por exemplo, a Teresa falava em prevenção de conflitos – isso implica competências, as nossas universidades, a nossa investigação, a nossa sociedade precisam de criar competências nesse sentido algo que, pouco a pouco, temos vindo a fazer. Mas especificamente para o acolhimento de refugiados, quais são as principais competências que se exigem, que hoje temos a obrigação de criar na sociedade portuguesa? Pensando isto de uma maneira estratégica, uma sociedade portuguesa como a nossa, que gosta de se ver como uma sociedade de acolhimento, que competências é que deve criar?

Teresa Tito de Moraes: Penso que naturalmente requer uma certa organização. Porque a compaixão que muitas pessoas têm e que é legítima, se não está bem

estruturada e bem enquadrada, acaba por desmobilizar ao fim de dois, três meses. Portanto, na estratégia de descentralização e de colocação de pessoas em vários pontos do país, nós temos um trabalho imenso a fazer junto do poder local e das autarquias. É um trabalho de proximidade. São planos de integração que se têm que criar, bem desenhados para cada região, que não é um plano igual no Norte, em Loulé, em Guimarães ou em Bragança. E nós que temos esse *know-how* podemos cooperar no sentido de criar algumas raízes em que o acompanhamento dos refugiados seja um acompanhamento diferenciado porque a integração dos refugiados é diferente da integração dos migrantes. Porque os refugiados, além de terem uma mobilidade que muitas vezes não favorece a sua fixação num determinado ponto...

Biblos: ... trazem consigo uma memória terrível...

Teresa Tito de Morais: ... trazem traumas profundos e trazem também alguma instabilidade no sentido do confronto com o desconhecido. Mas rapidamente, se bem enquadrados, conseguem perceber que têm duas coisas fundamentais no nosso país: têm segurança e têm liberdade. Confrontam-se às vezes com uma administração burocratizada, mas desejam uma coisa: reunir as suas famílias. O procedimento da reunião familiar é um desafio que temos que enfrentar porque se a família estiver reunida é um polo motivador de uma maior integração e de fixação num local. Rapidamente as crianças começam a ir à escola, começam a aprender a língua e tudo se cria à volta de um núcleo familiar que possa proporcionar uma melhor integração.

Biblos: Mas neste desafio que é o de acolher a diversidade cultural como um bem que nos enriquece a todos cabe um ponto que tem muito a ver com a sua experiência e que é fazer dos refugiados não apenas beneficiários das políticas mas sujeitos. É certamente um desafio gigantesco, porque as memórias são o que são, as dificuldades linguísticas, culturais, de mobilidade, de compreensão, tudo isso são certamente obstáculos de grande dimensão. Mas gostava que falasse um bocadinho da experiência quotidiana, até se quiser com casos que são aqueles que acompanha no dia-a-dia. Justamente de quais

são as possibilidades e que são os limites de fazer disto uma tarefa, ou seja, de fazer com que quem aqui chega, não só seja acolhido por dever moral e por impulso de generosidade mas se torne um sujeito da sua própria inserção e da sua própria renovação de vida.

Teresa Tito de Morais: É um desafio permanente. A verdade é que se há situações de integração muito boa e fácil, há outras que são extremamente difíceis e que começam logo mal, que começam com muita desconfiança da pessoa que chega e que não quer aceitar nada e depois há uma desmotivação da parte também dos técnicos que estão a apoiar e, portanto, este diálogo não se faz e cria barreiras muito complicadas, às vezes até com alguma agressividade. São faltas de documentação atempada, são inscrições para fazer um ato de cirurgia, é toda uma máquina administrativa que não favorece estes casos vulneráveis e que precisam de uma resposta rápida. Aí há de facto uma revolta porque as pessoas não gostam de não ser bem tratadas e de não ser tratadas atempadamente. Não podemos também ignorar a grande dificuldade de entrada no mercado de trabalho.

Mas estas dificuldades só me levam a pensar ainda mais que nós temos a obrigação de dizer ao povo português que a diversidade é a nossa força. Que ganhamos todos com o acolhimento destas pessoas, quer em termos da taxa de natalidade, que a nossa Segurança Social necessita também destes contributos para a sua dinamização, o envelhecimento da população portuguesa, as reformas tudo favorece a chegada. A diversidade é a nossa força de facto e a segurança dos refugiados é também a nossa própria segurança. Portanto, temos que caminhar lado a lado, cientes do enriquecimento de parte a parte e num quadro em que os próprios refugiados também sintam que têm oportunidades e que eles próprios são donos do seu destino.

Biblos: Ocorre-lhe algum caso assim?

Teresa Tito de Morais: Nós felizmente temos muitas histórias de sucesso e naturalmente as que eu conheço melhor acabam de ser até de colaboradores que hoje estão a trabalhar com o CPR. Desde logo temos o Naseri que veio

da Palestina, que teve uma integração muito difícil ao princípio e que depois passou a colaborar com o CPR, veio a integrar um grupo de teatro, acabou por desenvolver através da arte e da cultura as suas capacidades. É um caso em que nós sentimos que hoje é um de nós e nós somos também dele.

O princípio que temos que ter é o princípio da solidariedade, da obrigação de não sermos alheios a este conflito e a esta tragédia humanitária que é a simples existência de refugiados e de fazer que o nosso país se vá adaptando a essas necessidades e estou perfeitamente convicta que isso constitui não só um progresso e um avanço para os portugueses mas também um exemplo para a comunidade internacional.

ENTREVISTA CONDUZIDA E EDITADA POR JOSÉ MANUEL PUREZA